

de condições biológicas inatas. Há, segundo a autora, uma “naturalização dos fatos sociais, criando um social biologizado”.

É nesse contexto que tem destaque, a partir da segunda metade do século XIX, a medicina higienista, que passa a orientar as famílias, na tentativa de criar hábitos intelectuais, físicos, morais e sexuais condizentes com a necessidade de manutenção da ordem e desenvolvimento econômico. É o processo chamado pela autora de “aspepsia social”.

Considerando o panorama político e econômico do mundo do século XIX, a hegemonia das ciências naturais, o poder dos médicos e os reflexos desse processo no Brasil, temos o anseio da elite dominante em implantar padrões de civilidade, que implicava na educação da população. Ora, essa elite se respalda no discurso médico, que, por sua vez, lança mão da Educação Física, já estruturada em métodos, para contribuir com o projeto de formação de bons cidadãos. No caso dos homens, desejava-se que fossem bons soldados e bons trabalhadores; no caso das mulheres, que fossem capazes de gerar uma prole saudável.

O que se pretendia era a eugenia da raça brasileira, que implicava numa depuração das características biológicas hereditárias, visando um aperfeiçoamento da natureza humana. Diante de um grande contingente populacional negro, o “embranquecimento” da raça era um dos objetivos deste projeto eugênico, em fins do século XIX. Entre os vários mecanismos utilizados, destaca-se a Educação Física, segundo a autora, “disciplinadora dos corpos e da vontade...apologia da saúde física enquanto responsabilidade individual”.

Para este projeto ser efetivado, teve que ser implementado nas escolas. É aqui que a autora resgata a obra de Fernando de Azevedo para nos mostrar a relação entre médicos e professores de Educação Física, e a forte influência dos primeiros sobre os segundos, no sentido de fazer do exercício físico escolar um hábito gerador de saúde, contribuindo, assim, segundo os ideais da época, para o desenvolvimento da Pátria.

Profundo sem ser prolixo, contundente sem ser pedante. Interessante...e, sobretudo,

relevante. Numa época em que a crítica ao “biologicismo” da Educação Física virou moda, um trabalho como este que Carmen Soares nos apresenta é um tributo à seriedade acadêmica. Conhecendo as raízes históricas da Educação Física, desde o século XVIII na Europa, podemos compreender sua vinculação nas escolas brasileiras de hoje, e, assim, tornar mais claros seu discurso sobre saúde, sua tendência à homogeneização das turmas de alunos, sua intenção em compreender o corpo de forma naturalizada, sua dificuldade em trabalhar com turmas mistas, sua necessidade do aval médico para o desenvolvimento das aulas etc.

Carmen Soares nos alerta, no final de seu livro, para o risco de a Educação Física estar, nos dias de hoje, reproduzindo os mesmos ideais higiênicos e eugênicos, apenas com nova roupagem. É um alerta que estimula a realização de novas pesquisas.

#### PROFESSORA SIM, TIA NÃO - CARTAS A QUEM OUSA ENSINAR

Raquel Pereira Chainho Gandini\*

FREIRE, Paulo. *Professora Sim, Tia não - Cartas a Quem Ousa Ensinar*. Editora Olho d'Água, 1994.

O título deste novo trabalho do professor Paulo Freire é bastante provocativo e categórico: Professora sim, tia não. O fato de ter sido lançado recentemente e já estar na 5ª edição demonstra também que há muito interesse na discussão e esclarecimento dessa condição ambígua que, infelizmente, vem caracterizando a profissão de professor, das séries iniciais da escolarização formal. Diga-se de passagem, denominação “tia” não é utilizada somente para interpelar professoras. Embora este fato, também lamentável, não esteja diretamente

\* Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP

ligado ao assunto do livro, contribui para aumentar o seu atrativo.

Além do tema principal, a *forma* como o livro é apresentado, traduzida em seu subtítulo - *Cartas a quem ousa ensinar* - é decisiva para sua atração, bem como para sua análise nesta resenha. Esta forma literária faz com que o texto desde logo se despeje de características acadêmicas, adquira um tom de intimidade, de companheirismo, de simpatia. O autor, que já desfruta de reconhecimento internacional, que dispõe da sabedoria resultante de longa e coerente trajetória em defesa de suas idéias, pode se dedicar ao prazer de escrever cartas, aos seus milhares de amigos desconhecidos, aos quais ele trata com carinho, aconselhando, esclarecendo, criticando, mas se colocando sempre ao seu lado: refere-se ao professor falando de si próprio ou de "nós". Inclui-se nas falhas que aponta e não adota a posição de superioridade daquele que se supõe dono da verdade. Pode se dar ao prazer de se expressar de forma espontânea e coloquial, chegando assim muito próximo dos seus leitores.

Toda esta simpatia e afetuosidade não impedem que Paulo Freire adote postura crítica e discuta temas bastante sérios, apresentando a complexidade e ambigüidade que caracteriza diferentes agentes sociais e políticos e, no caso de certas ações, a sua inconveniência. Assim, com sutileza e companheirismo, não deixa de se referir aos partidos sectários, aos professores "domesticados" por administrações autoritárias e "rebeldes" com relação a administrações democráticas, à necessidade de se evitar que os partidos, sobretudo os "progressistas", se comportem "stalinistamente" (sic), suspendendo militantes cujos comportamentos não lhes agrade. Sutilmente, endereça sua crítica aos procedimentos políticos, que conhecemos como *realpolitik*.

O objetivo declarado do autor, ao escrever este livro, é discutir a prática dos educadores, tomando como fundamento sua própria teoria, mas realizando o que ele mesmo chama de diálogo crítico. A sua recusa à redução da professora à condição de "tia", fato que considera uma "armadilha", tem como razão

principal a implicação da supressão da responsabilidade profissional. Não fez parte de seus objetivos aprofundar a explicação deste fato, mas faz incursões no campo da ideologia: tratar-se-ia de uma das "sombras ideológicas", que "não são deliberadamente forjadas, mas servem indiscutivelmente aos interesses dominantes" (p. 13).

Em se tratando de uma "armadilha", que atinge principalmente a responsabilidade profissional dos educadores e educadoras, quais seriam as saídas possíveis? Sempre sem assumir postura categórica, o professor Paulo Freire apresenta dois tipos de respostas, que não se encontram agrupadas, mas se distribuem desigualmente pelas cartas que formam o conjunto do livro: retoma questões que chamaremos de "teóricas", tais como "leitura do mundo - leitura da palavra", "contexto-teórico - contexto concreto", "codificação", "leitura da palavra", "senso comum - conhecimento exato". Nestas oportunidades, apresenta os assuntos e, como já escreveu sobre eles, remete o leitor aos seus próprios livros. O outro tipo de resposta apresentado diz respeito à condição de cidadão, inseparável mas distinto da condição profissional do professor.

Estas últimas respostas, principalmente por se tratar da palavra de alguém tão influente, são, a nosso ver, as mais importantes deste livro. Enfatizam a necessidade que tem a professora, e o professor, "progressistas", de assumir com dignidade sua profissão, de lutar por seus direitos, o que significa, na prática, atuação no sindicato, formação científica, clareza política, e recusa de "pacotes" e de comportamentos "apassivados" e "domesticados". Além disso, sublinha a necessidade que têm os educadores de se formarem e formar os alunos (através do seu próprio "testemunho"... ) para a cidadania. Assim, considera importantes para a prática educativa a coerência entre o discurso e a ação, a atitude de assumir-se como autoridade em sala de aula, a disposição a favor da justiça, da liberdade, do direito de expressão e de respeito aos alunos. Enfim, poder-se-ia dizer: o professor e o aluno, vistos como sujeitos de direito, que devem respeitar-se mutuamente e exigir respeito

à coisa pública, sujeitos tolerantes, humildes, amorosos, corajosos, seguros, responsáveis. A segurança demanda competência científica, clareza política e integridade ética. O autor não trata da escola, enquanto instituição mas deixa escapar a sua preocupação: "A escola democrática de que precisamos não é aquela em que só o professor ensina, em que só o aluno aprende e o diretor é o mandante todo poderoso" (p. 100).

Trata-se sem dúvida de um livro muito importante, que se dirige principalmente àqueles que são professores, mas são equivocadamente identificados como "tias" ou "tios". O professor Paulo Freire, escrevendo "cartas", e conversando com amigos, coerentemente não aprofunda as explicações sobre as origens e as causas deste processo de domesticação dos educadores. Entretanto, descreve, de forma incidental, as suas causas: as características que consideramos de tipo patriarcal (doméstica) e patrimonial, que marcam a nossa convivência social e política. Recomenda a necessidade de superação de "obstáculos ideológicos", para perceber que a relação entre o eleitor e o candidato no qual ele irá votar, não deve ser de "gratidão". Assinala que o fato de "estarmos sendo uma sociedade marcante autoritária, de tradição mandonista, inequivoca inexperiência democrática, enraizada em nossa história, pode explicar nossa ambigüidade em face da liberdade e da autoridade" (p. 119). Em outra passagem, refere-se à persistência da "administração colonial", mas não explica do que se trata; recomenda, entre outras, a seguinte atitude: "É urgente que superemos argumentos como este: 'Podemos dar um aumento razoável aos procuradores, pensemos agora ao acaso, porque eles são apenas setenta. Já não podemos fazer o mesmo com as professoras. Elas são vinte mil'. Não. Isso não é argumento. O que eu quero saber primeiro é se as professoras são importantes ou não são (...)" (p. 49).

Trata-se de um livro relevante, como seria de se esperar do professor Paulo Freire, principalmente por se dirigir diretamente ao público que procura atingir, de forma coloquial, espontânea, amorosa e confiante. Este trabalho

representa um passo importante para a superação de nossa tradição de tratar assuntos de interesse público, como a educação, o respeito aos professores e aos alunos, com o desinteresse e o desprezo que vêm caracterizando este nosso passado mais recente.

## NEOLIBERALISMO, QUALIDADE TOTAL E EDUCAÇÃO

José Rodrigues\*

GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões críticas*. Petrópolis, Vozes, 1994. 204 pp.

O rápido esgotamento da primeira edição de "*Neoliberalismo, qualidade total e educação*" indica o grande interesse dos educadores brasileiros pela discussão da chamada "qualidade total". Para Fernández Enguita, um dos coautores, qualidade está na moda, aparecendo como uma meta compartilhada por todos, e mesmo aqueles que não se sentem confortáveis com o termo são obrigados a utilizá-lo.

Organizado por Pablo Gentili e por Tomaz Tadeu da Silva, o livro é uma coletânea de cinco textos, distribuídos por 204 páginas, de diferentes autores, a saber, Gaudêncio Frigotto, Mariano Fernández Enguita, Michael Apple, além dos dois organizadores.

"Gibi divulga liberalismo nas escolas". Com esta manchete de um grande jornal paulista, Tomaz Tadeu da Silva (professor da UFRGS) inicia o primeiro capítulo da coletânea: "*A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia*".

Como sempre instigante, T. T. da Silva busca apresentar alguns elementos importantes

\*Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense